



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coord. do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

9ª Reunião Ordinária

13/09/2012 – Parque Estadual do Rio Turvo, Núcleo Capelinha, Cajati, SP.

1. Informes;
2. Aprovação das atas da 7ª e 8ª reuniões ordinárias;
3. Apresentação de Planos e Projetos das prefeituras municipais.

1. Informes.

Isadora Parada (CPLA/SMA) deu início à reunião às 10h10. Informa que há 2 atas para aprovar.

Sobre o decreto estadual que instituirá o ZEE do setor costeiro Baixada Santista, Isadora informa que ainda não foi assinado, mas parece que houve, no dia 12, reunião na Casa Civil sobre o assunto, na qual participou Luiz Roberto N. de Oliveira (CPLA/SMA).

No setor costeiro Litoral Norte, o Grupo Setorial está realizando de 2 a 3 reuniões por mês, além das reuniões em paralelo, conduzidas pelos segmentos. A conclusão da proposta de minuta de decreto de ZEE está prevista para 2014, apesar da iniciativa do Grupo Setorial em adiantar os trabalhos.

No Complexo Estuarino-Lagunar também não houve reunião em Agosto. Antonio Eduardo Sodrzejieski (Associação Serrana Ambientalista – ASA) diz que as questões territoriais, dentre elas a agricultura, exigirão mais discussão do Grupo. Isadora considera que talvez seja necessário definir Z3T Especial na região de comunidades quilombolas. Z4T Especial talvez não seja o caso de definir neste setor costeiro. Destaca que é preciso incorporar no ZEE o planejamento das áreas quilombolas.

Isadora apresenta o Sr. Celso Garagnani, coordenador do Grupo Setorial da Baixada Santista. Celso veio participar para conhecer o Grupo e poder contribuir com as discussões da região. Isadora diz que tem aprendido bastante ao participar do processo de construção do ZEE na Baixada. Isadora gostaria de convidar, para o início de 2013, os representantes das prefeituras do setor costeiro da Baixada Santista para apresentá-los aos representantes do GERCO Vale do Ribeira. Celso reforça que as instituições é que regem sobre as políticas territoriais e que o ZEE interfere na vida dos municípios. Relata que na Baixada houve grandes discussões no Grupo sobre conflitos de uso e ocupação, ou seja, sobre compatibilizar urbanização e áreas protegidas.

Isadora informa que houve reunião entre Secretarias de Estado em São Paulo para reforçar o papel dessa esfera no processo de elaboração do ZEE. As Secretarias apresentaram os planos, programas e projetos em execução ou executados para a região. Informa que fez algumas reuniões com representantes das prefeituras e técnicos desses órgãos para complementar o levantamento de informações (em Eldorado já houve reunião). Isadora explica que o mesmo deve



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

acontecer com os representantes da sociedade civil. Algumas prefeituras ligaram e pediram auxílio, mas nenhuma apresentou dados solicitados. Mas a participação tem acontecido.

Isadora lembra que enviou *link* para baixar a publicação do seminário “Zoneamento Ecológico-Econômico: base para o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo” realizado em dezembro de 2011. Informa que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo publicou relatórios sobre caracterização socioeconômica das Regiões Administrativas (RAs). Reforça a necessidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA em conversar com a Secretaria de Planejamento para sistematizar dados brutos de 3 regiões administrativas – RMSP, Sorocaba e Registro. Pablo de Andres Fernandez (Ass. Mineradores de Areia) informa que essa diferença de unidades de gestão e planejamento ocorre entre Secretarias. Antonio destaca que isso dificulta os investimentos do Estado; segundo ele, é preciso tomar cuidado com dados consolidados na publicação da Secretaria de Planejamento, com sua interpretação, e que podem distorcer dos dados brutos das fontes. Antonio destaca um exemplo: o crescimento de bairros rurais de Peruíbe e no limite a Itariri e que dão a impressão de intenso crescimento populacional do centro de Itariri.

Ocimar Bim é apresentado pela Isadora, que informa que é o novo representante do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), entidade suplente da organização Associação Serrana Ambientalista (ASA). Isadora apresenta o Thiago, gestor do Parque Estadual do Rio Turvo, que faz parte do Mosaico do Jacupiranga junto com o Parque Estadual Caverna do Diabo e o Parque Estadual do Lagamar de Cananéia.

Isadora informa que enviou também informações sobre os seminários que a UNESP campus experimental do Litoral Paulista, em São Vicente, está organizando sobre gerenciamento costeiro integrado. O primeiro seminário tratará de gestão ambiental portuária (17 de outubro de 2012); posteriormente, os temas serão sobre turismo, agricultura etc.

Isadora relembra que passou para o Grupo Setorial, por e-mail, edital do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), para o qual os representantes podem pleitear recursos. Vitor Dimitrov (Instituto Biosfera – Ibiosfera) informa que irá buscar recursos com projeto de repovoamento de palmito Jussara no Parque Estadual da Serra do Mar.

Márcia Itani (CPLA/SMA) apresenta dados de 2007 a 2012 sistematizados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e passados por Leila Tendrik e Polliana de Paula Ribeiro (Escritório Regional de Registro). Ney Akemaru Ikeda (DAEE) destaca que há outros convênios de outras Secretarias de Estado. Isadora destaca que, uma vez implantado o ZEE, é possível que o licenciamento de uma obra que solicitar recursos desses convênios, não seja liberado em função das determinações do zoneamento. Levanta o problema de um convênio ser aceito com o licenciamento ambiental não liberado. Isadora questiona se os recursos para drenagem urbana consideram os planos municipais de microdrenagem. Antonio sugere que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos façam a deliberação conjunta sobre a liberação de recursos do convenio para obras de macro e microdrenagem. Pablo March Frota de Miranda Lima (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional) concorda, mas relembra que há dificuldade histórica



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

de integração entre Secretarias de Estado. Isadora destaca a importância dos Planos de Ação e Gestão nesse sentido.

2. Aprovação das atas da 7ª e 8ª reuniões ordinárias.

Isadora solicita aprovação das duas atas, considerando que há quorum mínimo. Não há manifestações dos presentes, então as atas são consideradas aprovadas.

3. Apresentação de Planos e Projetos das prefeituras municipais.

Isadora relembra que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) ainda não fez apresentação dos seus programas, projetos e ações.

Isadora, aproveitando sugestão do Ney Ikeda, destaca que, para construir cenários de investimentos na região, é necessário que sejam levantados os investimentos de outras Secretarias. Isadora solicita que os representantes das Secretarias de Estado levantem essas informações desde 2007/2008. Ney informa que os convênios duram 5 anos. Antonio destaca que a obtenção de recursos por Emenda Parlamentar também é uma opção. A Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CODEAGRO/SAA) também possibilita recursos. Pablo explica que os recursos podem ser liberados por convênios firmados com órgãos da administração direta e indireta.

Antonio destaca que as culturas do agronegócio não acontecem no Alto Vale do Ribeira ou da região de Sorocaba e ressalta a importância de considerar isso ao analisar o relatório da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. O Alto Vale tem caqui, pêssego, fruticultura de clima diferenciado.

Isadora tem trabalhado com dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA/SAA) para levantar produção agropecuária para subsídio ao diagnóstico do ZEE no restante do Estado. Mostra, no Arcgis os dados de área de várias culturas na região e a porcentagem que ocupam no território. Isadora aponta que é possível levantar a tendência da produção agrícola na região. Os presentes destacam que o crescimento de silvicultura pode ser negativo para a conservação ambiental, mas tem possibilitado rendimentos para os agricultores. Celso Garagnani destaca que aí está o papel do ZEE, de encontrar o equilíbrio. Antonio diz que o emprego de mão-de-obra em silvicultura ocorre apenas no início: cita o exemplo da expansão da cultura impulsionada pelo Grupo ORSA. Paula (Prefeitura Municipal de Apiaí) destaca que há impactos na produção de produtos para abastecimento local. Isadora diz que a Z3T Especial pode ser utilizada para direcionar as culturas de forma adequada social e ambientalmente no território.

Isadora mostra a evolução dos salários na área rural no período de 1997 a 2012 (dados do IEA/SAA). No Alto Vale a tendência de aumento de salários ocorre de forma diferente do restante da região, talvez pela expansão de culturas que exijam maior capacitação. Mostra a variação do valor e valor absoluto por hectare de terra agrícola para diversas culturas, como área de campo, área florestada, área reflorestada. Esses dados são por Região Administrativa (RA). Herbert Hans Rudolf Schulz (CETESB – Agência Ambiental de Registro) ressalta o cuidado com as médias das Regiões Administrativas, que disfarçam diferenças internas às regiões.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Isadora relembra que há dados gerais de diagnóstico sobre a região, em função do Macrozoneamento. Mas faltam dados pontuais, principalmente quando o Macrozoneamento foi paralisado, em 1998. No passado, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SMA) elaborava uma proposta, sem complementação por representantes da região. Isso não deverá se repetir, por isso, pede colaboração do Grupo Setorial. Isadora destaca que as Unidades de Conservação (UCs) já ficam grafadas. O Parque Municipal de Apiaí (500 hectares) e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Daniel Kurupira (IBiosfera) estão identificados. Antonio destaca que as RPPNs em processo de criação deveriam estar identificadas. Isadora explica que essa UC, assim como outras e as Terras Indígenas, automaticamente serão classificadas como Z1AEP quando criadas por norma legal. Mas concorda que para o processo de discussão no ZEE elas devem estar identificadas. Segundo Antonio, a Terra Indígena de Itariri é a única que está homologada. Vitor pergunta se as APPs serão grafadas. Isadora responde que há uma escala de trabalho que é 1:50mil, por isso as APPs não são identificadas nos mapas, o que não significa que essas áreas não seja protegidas pelas normas vigentes, independentemente da sua localização nas zonas. Isadora informa que levantou as Terras Indígenas e as terras quilombolas. Segundo Isadora, as terras quilombolas não podem ser grafadas como zona especial, como Z1AEP, pois a área do quilombo passa a ser propriedade da comunidade. Áreas de uso e não uso são tipos de áreas identificadas pelas comunidades quilombolas no seu processo de homologação. Essa informação deverá ser considerada no ZEE. Relembra que na Z3T não há porcentagem de utilização do solo, para não inviabilizar a produção agrícola. Isadora informa que o Instituto Sócioambiental (ISA) concluiu trabalho, recentemente, do quilombo São Pedro. Isadora sugere trabalhar em paralelo com alguns representantes do GERCO e a comunidade quilombola, para depois apresentar ao Grupo Setorial. Antonio informa que a comunidade de Ivaporunduva irá fazer delimitação de área de pasto que for propícia para criação. Eles irão passar de sistema extensivo para semi-intensivo. Antonio foi convidado para fazer esse trabalho na comunidade.

Sobre a importância dos corredores ecológicos, apontada por Pablo de Andres Fernandez, Isadora responde. Ela passou a grafar as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos dos planos de manejo já concluídos. Destaca que corredor não é uma UC e que devem ser observadas as normas e restrições do plano de manejo para as zonas de amortecimento. Cita como exemplo a diretriz da zona de amortecimento do Parque Estadual da Campina do Encantado. Herbert pergunta se o Mosaico do Jacupiranga possui Plano de Manejo. Isadora informa que não. Na zona de amortecimento já é possível restringir certas atividades e usos. Antonio pergunta se no limite com outro Estado, as determinações de zona de amortecimento de um parque estadual valem para o Estado vizinho. Isadora diz que não se lembra dessa determinação ser garantida pela Lei Federal n. 9.985/2000 (Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC). Isadora considera necessária uma consulta jurídica sobre o assunto. Isadora diz que não podem ser ignoradas as determinações de outras normas de proteção ambiental. Explica que em algumas UCs criadas mais recentemente, como o Parque Estadual das Nascentes do Paranapanema (PENAP) já se definiu a zona de amortecimento na criação do parque. Pablo de Andres Fernandez pergunta o que o corredor ecológico determina de restrição. Isadora responde que o corredor deverá ser observado no processo de licenciamento. Osimar lembra que no processo de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

averbação de Reserva Legal, o corredor constitui área importante nesse sentido. Celso destaca que devem ser observadas as tendências de uso no futuro também, além dos já existentes.

Isadora informa que a Prefeitura Municipal de Apiaí passou os limites dos bairros em processo de urbanização (que é a área urbana distrital), as áreas de expansão urbana e o distrito industrial segundo o Plano Diretor, o aterro não controlado, a sede do assentamento rural. Além disso, foram identificadas 2 cascalheiras (em direção a Iporanga e Barra do Chapéu). Itariri também enviou os limites das áreas urbanas, a área em expansão, a Terra Indígena (Araribá), a cascalheira licenciada e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Isadora destaca que todas as prefeituras devem fazer delimitação dessas áreas. Isadora auxiliou a Prefeitura Municipal de Iporanga na delimitação dessas áreas. Isadora destaca que as prefeituras devem localizar as cascalheiras. Antonio pergunta se a extração de areia artesanal, em pequena escala, deve ser identificada. Isadora responde que é difícil, pois não obtiveram licença ambiental para isso. Helio Shimada (Instituto Geológico/SMA) responde que isso é ilegal, pois é usurpação de recursos da União.

A reunião foi finalizada às 13h30. A próxima foi marcada para o dia 29/11/2012, às 9h00, no município de Juquiá.



Foto 1. 9ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Parque Estadual Rio do Turvo, Núcleo Capelinha, Cajati, SP., próximo do km 511 da BR116. Fonte: CPLA, 13 de setembro de 2012.



Foto 2. 9ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Museu do Parque Estadual Rio do Turvo, Núcleo Capelinha, Cajati, SP., próximo ao km 511 da BR116. Fonte: CPLA, 13 de setembro de 2012.